

**UMA REGIÃO QUE OBEDECE? ALGUNS ELEMENTOS PARA PENSAR O
PLANEJAMENTO REGIONAL NA AMAZÔNIA**

***¿UNA REGIÓN QUE OBEDECE? ALGUNOS ELEMENTOS PARA PENSAR LA
PLANIFICACIÓN REGIONAL EN LA AMAZONÍA***

***A REGION WHICH OBEYS? SOME ELEMENTS TO THINK ABOUT THE
REGIONAL PLANNING IN THE AMAZON***



Helbert Michel Pampolha de OLIVEIRA¹
e-mail: helbertmichel93@gmail.com

Como referenciar este artigo:

OLIVEIRA, Helbert Michel Pampolha de. Uma região que obedece? Alguns elementos para pensar o planejamento regional na Amazônia. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 8, n. 1, e024003. e-ISSN: 1984-1647. DOI: <https://doi.org/10.35416/2024.9346>



| Submetido em: 19/04/2022
| Revisões requeridas em: 09/05/2024
| Aprovado em: 10/05/2024
| Publicado em: 04/07/2024

Editora: Eda Maria Góes
Karina Malachias Domingos dos Santos
Rizia Mendes Mares

¹ Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém – Pará (PA) – Brasil. Bacharel e Licenciado em Geografia pela UFPA. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento e, atualmente, doutorando em Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do NAEA/UFPA.

RESUMO: A compreensão de dinâmicas hegemônicas e contra-hegemônicas atinentes ao fenômeno regional no espaço constitui tarefa central deste artigo. À luz da teoria miltoniana, toma-se a Amazônia como exemplo de reflexão e, com base em levantamentos bibliográfico e documental, considera-se tanto as desarticulações decorrentes dos “grandes objetos” quanto as articulações produzidas pelo que estamos denominando como “objetos de grandeza cidadã”. Assim, para além do economicismo abstrato que tem caracterizado e definido formas e conteúdos na atualidade, salienta-se a pertinência de se pensar a região a partir da pluralidade de existências e de divisões do trabalho inerentes ao espaço amazônico, com a possibilidade, inclusive, de sugerir a existência de uma “região do desobedecer” a partir da potencialização dos saberes e das lutas políticas dos povos da floresta; subsídios esses de grande importância para se contestar a lógica desenvolvimentista perversa e mesmo se pensar em outro planejamento regional para a Amazônia contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Região. Grandes projetos. Povos da floresta. Planejamento regional. Amazônia.

RESUMEN: *La comprensión de las dinámicas hegemónicas y contra hegemónicas inherente al fenómeno regional en el espacio constituye la tarea central de este artículo. Partiendo de la teoría de Milton Santos, se toma la Amazonia como ejemplo para la reflexión y, a partir de investigaciones bibliográficas y documentales, se consideran tanto las desarticulaciones resultantes de los "grandes objetos" como las articulaciones producidas por lo que llamamos "objetos de gran ciudadanía". Así, más allá del economicismo abstracto que ha caracterizado e definido las formas y contenidos actuales, es importante pensar la región desde la perspectiva de la pluralidad de existencias y divisiones del trabajo inherentes al espacio amazónico, con la posibilidad de sugerir la existencia de una "región de desobediencia" basada en la potencialización de los conocimientos y las luchas políticas de los pueblos de la selva; subsidios que son de gran importancia para desafiar la perversa lógica desarrollista, así como para pensar otra planificación regional para la Amazonia contemporánea.*

PALABRAS CLAVE: *Región. Grandes proyectos. Pueblos de la selva. Planificación regional. Amazonia.*

ABSTRACT: *The central task of this article is to understand the hegemonic and counter-hegemonic dynamics of the regional phenomenon in space. Based on Milton's theory, the Amazon is taken as an example for reflection and, through bibliographic and documentary surveys, we consider both the disarticulations resulting from the "great objects" and the articulations produced by what we are calling "objects of great citizenship". Thus, beyond the abstract economism that has characterized and defined current forms and contents, it is important to think of the region from the perspective of the plurality of existences and divisions of labor inherent in the Amazonian space, with the possibility of even suggesting the existence of a "region of disobedience" based on the potential of the knowledge and political struggles of the peoples of the forest; subsidies that are of great importance for contesting the perverse development logic and even thinking about another regional planning for the contemporary Amazon.*

KEYWORDS: *Region. Large projects. Forest peoples. Regional planning. Amazon.*

Introdução

É sabido o fato de a obra do geógrafo Milton Santos traduzir uma sólida e potente teoria do espaço, este considerado como uma instância da sociedade (SANTOS, 2008) e como um conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações (SANTOS, 1995, 2012a). Contudo, salvo algumas exceções – por exemplo, Brito (2007, 2008), Oliveira (2019, 2020) e Trindade Júnior (2020) –, pouco se tem falado a respeito do conceito de região ou mesmo de uma teoria regional no âmbito das contribuições desse importante intelectual brasileiro, que é implícita àquela teoria e que oferece subsídios para compreender as diferenciações espaciais do modo de produção dominante.

Menos recorrente ainda é o esforço analítico de se pensar a ideia de região a partir das determinações “de baixo”, isto é, das lutas e movimentos políticos de resistência produzidos por populações subalternizadas e frequentemente violentadas pelo sistema de ações do capital hegemônico, o qual se manifesta territorialmente por meio de objetos técnicos repletos de intencionalidades exógenas. Assim, considerando a Amazônia² como exemplo de reflexão, o intento deste artigo é compreender as dinâmicas hierárquicas e, especialmente, as dinâmicas contra-hegemônicas que, no plano geográfico, configuram o fenômeno da região.

Dessa maneira, com base em levantamentos bibliográfico e documental, vislumbra-se uma nova definição para o fenômeno regional como possibilidade, a fim de, na sequência, problematizar os grandes projetos econômicos e de desenvolvimento – os “grandes objetos” (SANTOS, 1995) – e sinalizar para a importância e para o papel das instituições públicas de ensino superior – aqui consideradas como “objetos de grandeza cidadã” – na articulação dos povos da floresta. Com isso, almeja-se vislumbrar a produção de uma ação transformadora e, à luz da teoria miltoniana, oferecer subsídios importantes para se pensar outro planejamento regional para a Amazônia contemporânea.

Em busca de uma nova definição do fenômeno regional

² Dada a pertinência e a centralidade das contribuições de Milton Santos neste trabalho, considerou-se a regionalização dos “quatro Brasis” (SANTOS; SILVEIRA, 2012), proposta pelo referido autor no final da década de 1990. Assim, com base na presença de formas espaciais preexistentes e na difusão diferencial do chamado meio técnico-científico informacional no território brasileiro, tem-se uma divisão do país em quatro grandes regiões: Região Concentrada, Centro-Oeste, Nordeste e Amazônia. Essa última – enquanto uma expressão pontual do meio técnico-científico informacional – envolve os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima e apresenta particularidades relevantes ao entendimento da formação socioespacial brasileira na atualidade.

Em excelente artigo publicado no início dos anos 2000, Iná Elias de Castro (2002) chama a atenção para a região como um “problema” na obra de Milton Santos, destacando a perspectiva do autor acerca do fenômeno regional como algo determinado “do alto”, um epifenômeno do modo capitalista de produção que, por esta razão, carece de explicações ontológicas. Isto porque, com o processo de globalização, as regiões passaram a ser entendidas enquanto expressões geográficas particulares da espacialização de eventos notadamente forâneos (SANTOS, 1999, 2012a), consistindo em subtotalidades que, para Silveira (1999a, p. 24), apresentam-se como “estruturas significativas para cada conjunto de eventos”.

Ora, enquanto uma estrutura particular, portanto, o fenômeno da região se configura no plano espacial como síntese concreta de múltiplas determinações, “do alto”, mas também “de baixo”. Apresenta-se, por sua vez, como uma particularidade do movimento dialético entre o universal e o singular, que, como lembra Lukács (1978, p. 117), “com relação ao singular, representa uma universalidade relativa, e, com relação ao universal, uma singularidade relativa”. Neste sentido, tal qual uma particularidade (SANTOS, 1999), Milton Santos destaca que a ideia de região seria o resultado da produção de dois recortes materiais:

[...] as verticalidades são os vetores do pragmatismo, transportam ordens indispensáveis à ação dos atores hegemônicos. São ordens frias, produto do cálculo e da racionalidade chamada superior, que é a racionalidade dominante da qual se valem os atores hegemônicos para impor sua vontade. [As horizontalidades são] produto da presença ativa dos homens juntos que são sempre condutores de emoção. E a emoção é a força da desobediência às ordens pragmáticas e, por conseguinte, a única forma de casarmos com o futuro (SANTOS, 2003, p. 62).

Como se pode notar, a operacionalização do par dialético horizontalidade-verticalidade possibilita-nos o estabelecimento de uma compreensão acerca da situação geográfica (SILVEIRA, 1999a) de determinado subespaço, tanto por nos oferecer uma dimensão de sua configuração material quanto por nos permitir certa indagação sobre os dinamismos que o definem – “de cima”, mas também “de baixo”. Assim, ainda que as verticalidades sejam elementos indispensáveis à compreensão do fenômeno regional, por traduzirem os processos extralocais que visam reorganizar a sociedade em determinada porção do espaço, são às horizontalidades que devemos conferir maior atenção, sobretudo por verdadeiramente representarem as regiões e carregarem em suas lógicas a possibilidade de resistência às perversidades da globalização.

Talvez seja por isso que, em seus escritos da década de 1990, momento em que refletiu mais intensamente sobre a problemática da globalização, Milton Santos tenha procurado pensar a busca por novas horizontalidades (SANTOS, 1991) como resposta e alternativa ao mercado neoliberal; mercado esse que, orientado pela solidariedade organizacional, “do alto”, desarticula os lugares e as regiões em favor da extração de mais-valia. Talvez por isso, outrossim, que em aula inaugural proferida na Universidade Estadual do Ceará (UECE), no ano de 1996, o geógrafo baiano tenha alertado para a necessidade de elaboração de outra definição para a região (SANTOS, 2003), que fuja ao pragmatismo economicista e, dessa forma, participe da construção do futuro a partir das horizontalidades e do consequente fortalecimento da solidariedade orgânica.

Nesses termos, aponta-se aqui que outra definição do fenômeno regional, elaborada “de baixo para cima”, deve levar em consideração, primeiro, os dados infraestruturais e superestruturais (SANTOS, 1991) – ou, se preferir, a tecnosfera e a psicofera (SANTOS, 2013) –, e, segundo, a proposta de um ordenamento cívico do território (SANTOS, 1987). Mas de que maneira isso seria possível?

Mostrando-se contrário ao debate que sugeria o fim das regiões em decorrência da homogeneização propiciada pela expansão do capital (OLIVEIRA, 1993), Santos (2012a) assinala que a globalização não eliminou as diferenciações regionais e, muito menos, impediu que se prosseguisse pensando na existência desse fenômeno. Nessa perspectiva, o autor (SANTOS, 1991) assinala que a região pôde permanecer graças, de um lado, aos dados infraestruturais e, de outro, aos dados supraestruturais:

Dados infra-estruturais (sic): toda a materialidade preexistente que tem um certo papel de comando... sobre a divisão do trabalho. Dados supra-estruturais (sic): as iconografias que mantêm a idéia (sic) de região através da noção de territorialidade, que une os indivíduos herdeiros de um pedaço de território; uma determinada fração de espaço (SANTOS, 1991, p. 85).

Em outros termos ainda miltonianos, podemos associar, em parte, os dados infraestruturais ao que o geógrafo baiano denominou como tecnosfera (SANTOS, 2013), ao passo em que os dados supraestruturais, representados por elementos não plenamente materiais, mas que configuram certa coesão territorial do ponto de vista dos valores, dos desejos e da cultura, correspondem à psicofera (SANTOS, 2013). É dessa maneira que, enquanto pilares que auxiliam no desvelamento da expansão do meio técnico-científico-informacional, tecnosfera e psicofera também nos autorizam a continuar pensando no fenômeno da região,

pois nos oferecem possibilidades de apreensão da multidimensionalidade inerente a determinado subespaço.

O referido par dialético também nos possibilita seguir refletindo sobre a região não somente a partir “de cima”, mas igualmente “de baixo”, de modo que potencializemos, em dada porção do espaço, por exemplo, formas e conteúdos política e organicamente solidários, ainda que a consideração do fenômeno regional seja comumente realizada levando-se em conta, precipuamente, a tecnosfera e a psicosfera decorrentes das verticalidades. Nesse processo, acidentalmente ou não, eclipsam-se dimensões das horizontalidades que são importantes e potentes para pensarmos resistências e mesmo alternativas à lógica economicista e organizacional do espaço.

Contudo, como nos adverte Santos (1987, 2008), a sociedade é mais do que a economia e, por essa razão, há necessidade de se estabelecer um distanciamento do hábito de tudo pensar em termos econômicos, a fim de considerarmos a importância de outros fatores que estão envolvidos e que são igualmente determinantes (e não apenas determinados) nos processos sociais. Nesse sentido, a sociedade também é ideologia, cultura, instituições e organizações (formais e não formais), religião e espaço; todos esses elementos sendo, simultaneamente, forças ativas e condicionadas na/pela sociedade.

Mediante este raciocínio, destaca-se a proposta miltoniana de um ordenamento cívico do território (SANTOS, 1987), fundamentada em uma política verdadeiramente redistributiva de equipamentos e serviços públicos essenciais a todos os indivíduos, independentemente do lugar que ocupam e/ou realizam sua vida cotidiana no plano territorial. Assentada em fortes princípios de justiça social e espacial, essa contribuição nos auxilia a pensar em formas de resistência alternativas ao economicismo (com a subordinação de modelos econômicos e políticos de espaço concebidos por um planejamento perverso), bem como a refletir sobre uma conceituação de região que fuja à matematização abstrata do mundo, subjacente às verticalidades, e considere as horizontalidades em primeiro plano.

A pluralidade de existências, de que trata Xavier (2018), poderia então ser respeitada e a região passaria a ser o resultado não de uma divisão do trabalho que se pretende hegemônica, mas sim de um rendilhado, um caleidoscópio de divisões territoriais do trabalho (SILVEIRA, 2011) que revelam a diversidade e o potencial de seus povos. Nesses termos, ela continuaria a ser identificada como uma área onde se realiza o acontecer solidário (SANTOS, 2003), com a prática compulsória de tarefas de todos os agentes que nela convivem, entretanto, ela deverá

ser compreendida menos do ponto de vista econômico e mais na perspectiva das lutas políticas, responsáveis por fazer *front* aos comandos e exigências dos agentes hegemônicos do capital.

Utopia ou possibilidade? A América Latina e, em particular, o território brasileiro apresentam múltiplas utopias como possibilidade. A Amazônia, por exemplo, considerada uma região que obedece (SANTOS, 1995) na Divisão Territorial do Trabalho *tal como ela é*, revela alguns elementos importantes para pensarmos nessa outra definição do fenômeno regional, que, conforme sugeriu Santos (2003), deve escapar à praga do economicismo para participar da construção do futuro. Desta maneira, falemos da dita “região do obedecer” para, em seguida, questionarmos: uma região do obedecer?

“Grandes objetos” e (des)articulação na Amazônia

Não é novidade o fato de a imensa e rica região amazônica ter se constituído como um espaço de inestimável valor estratégico para a materialização do sistema de ações do grande capital. Viabilizadas pelo Estado, tais relações têm se expressado territorialmente a partir de grandes projetos econômicos e de desenvolvimento voltados, sobretudo, à energia, à mineração, à logística e ao agronegócio. Este sistema de objetos, interligado a lógicas forâneas e disperso pela região, dinamiza principalmente a atuação de grandes agentes econômicos, conferindo, inclusive, certas particularidades à Amazônia na Divisão Territorial do Trabalho.

A convite da socióloga Edna Castro³, ainda no início dos anos 1990, Milton Santos presta importante contribuição para pensarmos esses grandes projetos na Amazônia. Isso porque, ao retomar a sua teoria do espaço – essa instância da sociedade (SANTOS, 2008) – e conceituá-lo como um indissociável conjunto de sistema de objetos e sistema de ações (SANTOS, 1995), esse geógrafo problematiza a porção oriental dessa região e considera aqueles empreendimentos enquanto partes de um sistema de ações global, cuja manifestação neste vasto espaço se dá por meio de “grandes objetos” técnicos, como “hidrelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades” (SANTOS, 1995, p. 14).

Resultantes da modernização seletiva na região, tais objetos técnicos apresentam características de excessiva especialização e intencionalidade em sua composição, de modo que suas materializações são concebidas para atender aos interesses dos grandes agentes do circuito

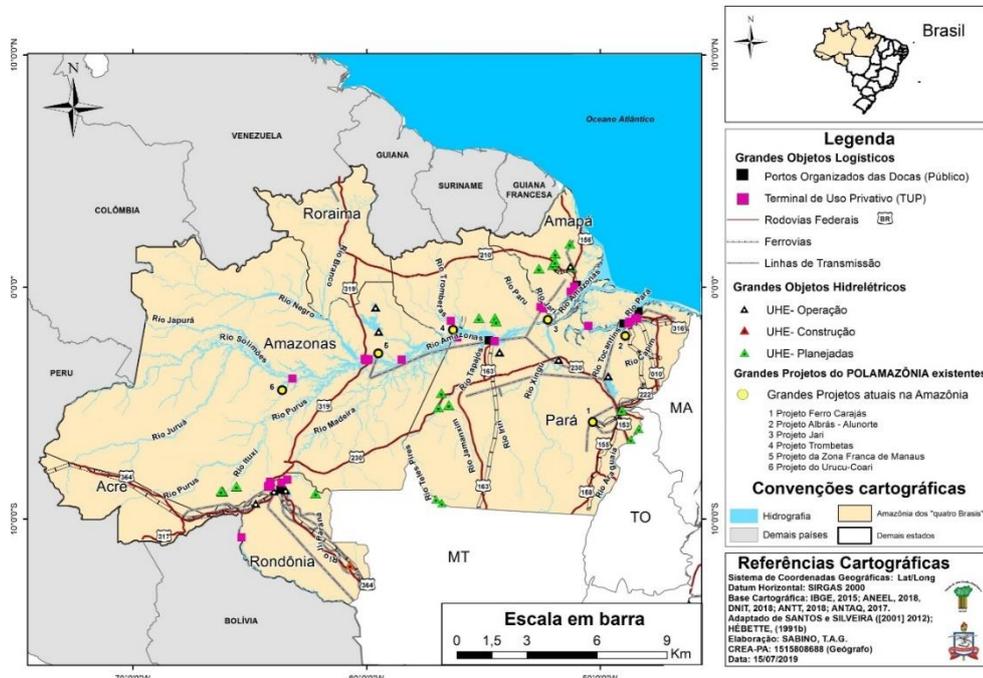
³Informação concedida pela Profa. Dra. Edna Castro durante uma entrevista realizada no dia 23 de maio de 2019, nas dependências do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

superior da economia urbana (SANTOS, 2004). Ou seja, esparsas e hipertélicas (SIMONDON, 2001), estas formas são instaladas a fim de viabilizar as demandas de mercado impostas verticalmente à região amazônica, dado o papel que desempenham como “pontos de verticalidade” (SILVEIRA, 1999b) e mesmo como um emaranhado de “linhas” e “nós” articuladores de fluxos mercantis do/no território brasileiro.

O par dialético Estado-mercado (SANTOS, 1982) auxilia-nos na interpretação das dinâmicas contemporâneas do espaço amazônico, o qual, à luz do desenvolvimentismo e, recentemente, do neodesenvolvimentismo, teve a composição orgânica de seu território (SANTOS, 1992) incrementada para atender aos interesses do capital nacional e transnacional na região. Tal associação perversa de interesses pode ser definida como regulação híbrida do território (ANTAS JUNIOR, 2005), uma ideia que bem reflete o processo contemporâneo de corporatização (SANTOS; SILVEIRA, 2012) e transformação do território em espaço nacional da economia internacional (SANTOS, 2012a).

Sem a pretensão de abarcar a completude desses elementos na Amazônia, a Mapa 1 traz um panorama dos principais “grandes objetos” instalados na região.

Mapa 1. “Grandes objetos” na Amazônia dos “quatro Brasis”



Elaboração: Thiago Alan Guedes Sabino.

Elemento importante e que corrobora com as reflexões que até agora foram arroladas nesta seção é a análise dos investimentos direcionados pelo Programa de Aceleração do

Crescimento (PAC)⁴ à Amazônia nas últimas duas décadas. Isso porque, para Leitão (2009), com destaque para o estado do Pará, os investimentos totais previstos nos anos de 2007 a 2010, inclusive pós-2010, revelam certa concentração em eixos específicos, como, por exemplo, o de infraestrutura energética, que, nesse último período, recebeu mais de 56% dos recursos se comparado aos eixos logístico e social e urbano, com 20% e 22% do investimento do PAC Pará, respectivamente (LEITÃO, 2009).

Considerando a publicação regionalizada do PAC, especialmente o sétimo balanço também referente ao Pará, que apresenta os investimentos infraestruturais previstos para o período 2015-2018 e pós-2018 neste estado (BRASIL, 2018), constata-se, no interregno 2015-2018, a preponderância dos recursos destinados para o eixo de energia – que agrega 55% do total dos investimentos aplicados até 2018 –, enquanto os eixos relacionados à infraestrutura logística e à infraestrutura social e urbana, nessa ordem, açambarcam 28% e 17% do montante indicado na Tabela 1.

Tabela 1. Investimentos do PAC no estado do Pará – 2015-2018 e pós-2018

Eixo	2015-2018 (R\$ Milhões)	Pós-2018 (R\$ Milhões)
Logística	4.358,40	2.599,89
Energia	8.536,64	619,36
Social e urbana	2.701,92	1.641,53
Total	15.596,92	4.860,78

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Brasil (2018).

Ainda de acordo com a Tabela 1, no que diz respeito aos investimentos previstos para o período pós-2018, nota-se que, dessa vez, o eixo referente à infraestrutura logística fica com a maior quantia dos recursos (cerca de R\$2,6 mi), enquanto o eixo de energia conhece uma redução de aproximadamente 93% em relação ao recurso que lhe fora destinado no orçamento de 2015-2018; fato esse que, conforme consta em Brasil (2018), deve-se à conclusão das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, responsável pela maior fatia dos investimentos aplicados na região amazônica.

Sem desconsiderar a importância do eixo voltado à infraestrutura social e urbana, ressalta-se que os projetos relacionados à energia e à logística, previstos no PAC Pará, são representativos da lógica predatória dessa regulação híbrida do território na própria Amazônia,

⁴Criado no ano de 2007, no segundo mandato (2007-2011) do presidente Luís Inácio Lula da Silva, e mantido durante as gestões do governo de Dilma Rousseff (2010-2016), ambos do Partido dos Trabalhadores (PT), o PAC foi uma proposta do governo federal que, à luz do ideário neodesenvolvimentista – baseado em estratégias de desenvolvimento que visam fortalecer a relação Estado e mercado –, articulou projetos infraestruturais públicos e privados e medidas institucionais com o intuito de estimular o crescimento da economia brasileira e, consequentemente, contribuir na geração de empregos no país (BRASIL, 2015; LEITÃO, 2009).

qual seja: à luz da articulação Estado-mercado, a propagação de uma psicofera (o discurso simbólico de salvação da economia e do país, por exemplo) e o consequente “alargamento” da tecnosfera (objetos técnicos cujas lógicas nada ou pouco tem a ver com as demandas efetivas do lugar onde se inserem) nesta região.

Ambas, por seu turno, são decorrentes da materialização de um modelo econômico-político (SANTOS, 1987) extravertido e predatório na Amazônia; extravertido porque estabelece o aproveitamento dos rios para a produção e exportação de energia a partir de usinas hidrelétricas e, dada a posição estratégica da região face ao mercado externo, configura corredores logísticos com a finalidade de articular o mercado nacional à economia internacional, auxiliando no escoamento de *commodities*; predatório porque, não obstante o crescimento econômico, tais estratégias mimetizam os rebatimentos socioambientais e espaciais devastadores em diferentes porções da Amazônia, ocasionando uma série de desarticulações aos modos de vida dos povos da floresta, do campo e dos rios, principalmente em razão dos projetos de mineração difusamente localizados pela região.

Esses elementos, como se pode notar, bem demonstram o porquê de a Amazônia ser considerada como uma “região do obedecer” (SANTOS, 1995; SANTOS; SILVEIRA, 2012) na Divisão Territorial do Trabalho. A materialização de um sistema de ações do grande capital, responsável por tornar a região um almoxarifado ou mero corredor para o Brasil e interesses estrangeiros, é determinante para essa consideração. Nos mesmos processos, entretanto, observa-se a conversão do meio ambiente em *commodity* (CASTRO, 2019) e o desrespeito à vida e aos modos de vida de populações tradicionais; essas consideradas como “entraves” para o que, hegemonicamente, planeja-se enquanto desenvolvimento.

Apesar da pertinência do tema, muito se tem falado sobre os “grandes objetos” (SANTOS, 1995) e suas (des)articulações na Amazônia, tal como, para citar alguns exemplos, os trabalhos de Hébette (1991, 1995), Martins (1991), Castro e Acevedo Marin (1993), Pinto (1995), Trindade Júnior (2010), Padinha (2017), Schuber (2019) e Malheiro (2020); contribuições/denúncias importantes e que apontam caminhos e alternativas a essa tragédia historicamente instalada na região amazônica.

Contudo, a sociedade brasileira ainda sofre com uma série de desmontes e negligências decorrentes dessa psicofera representada pelas ações do ex-presidente Jair Bolsonaro; razão pela qual pensar propostas de novas horizontalidades e de contra-hegemonias (SANTOS,

2000a)⁵ torna-se uma tarefa urgente e mais do que necessária. Nesse sentido, salienta-se a relevância de se falar de região a partir do papel de *outros objetos* no espaço amazônico, isto é, de iniciativas que, do ponto de vista da tecnosfera e, sobretudo, da psicosfera, sejam responsáveis pela concepção e mesmo pela realização de uma ação regional organicamente solidária; discussão essa a ser tangenciada na próxima seção.

“Objetos de grandeza cidadã” e novas horizontalidades

Em sua obra *Por uma outra globalização*, Santos (2000a, p. 132-133) já chamava a atenção para a elaboração de uma “política dos de baixo”, configurada a partir das visões de mundo produzidas pelas pessoas que vivem e realizam suas vidas em seus territórios, mediante temporalidades lentas (SANTOS, 2001), tal como o fazem, por exemplo, os povos da floresta na Amazônia. Trata-se de uma política de novo tipo, que em nada se assemelha à política institucional fundada na ideologia do crescimento e em parâmetros quantitativos (SANTOS, 2000a), os quais mais enquadram e pouco compreendem a vida e o cotidiano dos seres humanos, sobretudo em uma realidade como a amazônica.

Para Santos (2000a, 2001), essa nova política, a política da lentidão e das “irrationalidades”, baseia-se no cotidiano banal, vivido por todos, e é alimentada pela simples necessidade que esses agentes sociais têm de continuar existindo. Na Amazônia, quer-se ressaltar, aqui, a contribuição das instituições públicas de ensino superior (estaduais e federais), verdadeiros fixos sociais (SANTOS, 1987) que contribuem na descoberta do lugar pelo lugar (SANTOS; SILVEIRA, 2000) e que desempenham um importante papel não somente na oferta de cursos relacionados às demandas dessas populações (OLIVEIRA, 2019), mas também no fortalecimento das lutas políticas desses agentes.

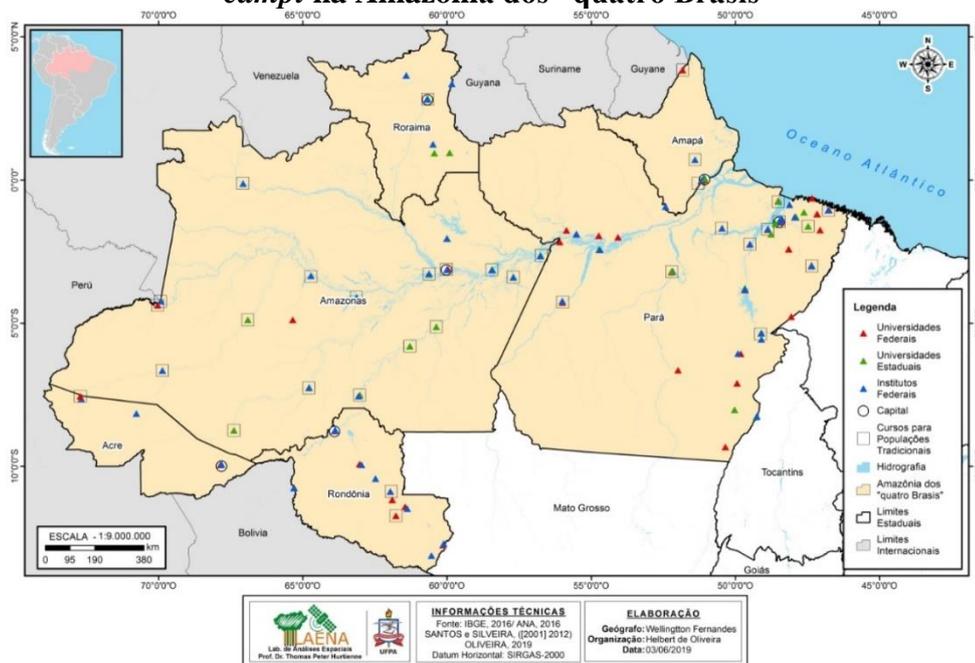
Dessa maneira, muito mais do que a forma grandiosa que, por vezes, esses objetos assumem na paisagem regional, a relevância que adquirem se configura pelo papel que cumprem junto aos povos da região, seja por meio da articulação de saberes, da potencialização e/ou sistematização da diversidade de conhecimentos particulares ao espaço amazônico, ou mesmo da instrumentalização e do apoio às lutas políticas desses povos historicamente

⁵ Fala-se de contra-hegemonia enquanto uma ação contrariamente gestada em relação às racionalidades típicas das verticalidades e que possibilita a criação de outras racionalidades, ou seja, contrarracionalidades baseadas em formas de convivência e de regulação engendradas a partir do próprio território, não obstante a vontade de homogeneização e unificação características da racionalidade hegemônica (SANTOS, 2000a).

subalternizados pela lógica dos grandes projetos econômicos, denominados por Santos (1995) como “grandes objetos”.

Por essas razões, fala-se das instituições públicas de ensino superior instaladas na Amazônia como verdadeiros “objetos de grandeza cidadã” (Mapa 2); objetos esses que, especialmente nos últimos anos, tanto sofreu uma série de ataques sistemáticos à sua autonomia, quanto recebeu o anúncio de cortes em seu orçamento, inviabilizando a manutenção de um conjunto de ações de interesse coletivo. Assim, a tarefa de ressaltar a importância desses fixos sociais e defender o ingresso dos povos da floresta nessas instituições deve ser entendida como um ato de resistência e que, principalmente, abre possibilidades muito relevantes à elaboração de outra política na região, de baixo para cima.

Mapa 2. “Objetos de grandeza cidadã”: as instituições públicas de ensino superior e seus campi na Amazônia dos “quatro Brasis”



Elaboração: Wellington Fernandes.

A partir da espacialização desses “objetos de grandeza cidadã” e da constatação de sua capilaridade ao longo da Amazônia, identificadas no Mapa 2, pode-se notar a presença tanto de universidades federais e estaduais quanto de institutos federais nos mais recônditos lugares do espaço amazônico, notadamente por meio de uma multiplicidade de *campi*⁶ (Quadro 1) cujos

⁶ Deve-se lembrar da notável política de expansão e interiorização das instituições federais de ensino superior implementada no Brasil a partir do ano de 2003, por ocasião do governo Lula (PT), um momento muito importante de ampliação e democratização do acesso ao ensino superior no território brasileiro.

papéis em muito contribuem à difusão de ciência, educação e tecnologia e ao consequente desvelamento dos lugares pelos seus próprios povos nesta região.

Quadro 1. “Objetos de grandeza cidadã”: as instituições públicas de ensino superior na Amazônia dos “quatro Brasis”

UF	Instituição	Campus
Acre	Universidade Federal do Acre (UFAC)	Brasileia, Cruzeiro do Sul, Floresta e Rio Branco.
	Instituto Federal do Acre (IFAC)	Baixada do Sol, Cruzeiro do Sul, Rio Branco, Sena Madureira, Tarauacá e Xapuri.
Amapá	Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	Mazagão, Oiapoque e Santana.
	Universidade do Estado do Amapá (UEAP)	Graziela.
	Instituto Federal do Amapá (IFAP)	Laranjal do Jari, Macapá, Oiapoque, Porto Grande, Santana e Centro EaD Pedra Branca do Amapari.
Amazonas	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Benjamin Constant, Coari, Humaitá, Itacoatiara, Manaus, Parintins e Tefé.
	Universidade do Estado do Amazonas (UEA)*	Centro de Estudos Superiores de Itacoatiara, Centro de Estudos Superiores de Lábrea, Centro de Estudos Superiores de Parintins, Centro de Estudos Superiores de São Gabriel da Cachoeira, Centro de Estudos Superiores de Tabatinga, Centro de Estudos Superiores de Tefé, Centro de Estudos Superiores do Trópico Úmido (Manaus), Escola Normal Superior (Manaus), Núcleo de Ensino Superior de Boca do Acre, Núcleo de Ensino Superior de Carauari, Núcleo de Ensino Superior de Coari, Núcleo de Ensino Superior de Eirunepé, Núcleo de Ensino Superior de Humaitá, Núcleo de Ensino Superior de Manacapuru, Núcleo de Ensino Superior de Manicoré, Núcleo de Ensino Superior de Maués e Núcleo de Ensino Superior de Novo Aripuanã.
	Instituto Federal do Amazonas (IFAM)	Coari, Eirunepé, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Manacapuru, Manaus Centro, Manaus Distrito Industrial, Manaus Zona Leste, Maués, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé.
Pará	Universidade Federal do Pará (UFPA)**	Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Bragança, Belém, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí.
	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)	Marabá, Rondon do Pará, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu e Xinguara.
	Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)	Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná e Santarém.
	Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)	Belém, Capanema, Capitão Poço, Paragominas, Parauapebas e Tomé-Açu.
	Universidade do Estado do Pará (UEPA)	Altamira, Barcarena, Belém, Cametá, Castanhal, Conceição do Araguaia, Igarapé Açu, Marabá, Moju, Paragominas, Redenção, Salvaterra, Santarém, São Miguel do Guamá, Tucuruí e Vigia.
	Instituto Federal do Pará (IFPA)	Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Belém, Bragança, Breves, Cametá, Castanhal, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá Industrial, Marabá Rural, Óbidos, Paragominas, Parauapebas, Santarém, Tucuruí e Vigia.
Rondônia	Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Porto Velho, Presidente Médici, Rolim de Moura e Vilhena.
	Instituto Federal de Rondônia (IFRO)	Ariquemes, Cacoal, Colorado do Oeste, Jaru, Ji-Paraná, Porto Velho Calama, Porto Velho Zona Norte e Vilhena.
Roraima	Universidade Federal de Roraima (UFRR)	Cauamé, Murupu e Paricarana.

	Universidade Estadual de Roraima (UERR)	Boa Vista, Caracará, Campus de Excelência, Rorainópolis e São João da Baliza.
	Instituto Federal de Roraima (IFRR)	Amajari, Boa Vista, Boa Vista Zona Oeste, Bonfim e Novo Paraíso.

Fonte: Elaborado com base em Oliveira (2019).

* Além dos *campi* indicados, a UEA também conta com núcleos de ensino em vários municípios amazonenses, como: Alvarães, Amaturá, Anamá, Anori, Apuí, Atalaia do Norte, Autazes, Barcelos, Barreirinha, Benjamin Constant, Beruri, Boa Vista do Ramos, Boca do Acre, Borba, Caapiranga, Canutama, Carauari, Careiro Castanho, Coari, Codajás, Eirunepé, Envira, Fonte Boa, Guajará, Humaitá, Ipixuna, Iranduba, Itacoatiara, Itamarai, Itapiranga, Japurá, Juruá, Jutai, Lábrea, Manacapuru, Manaquiri, Manaus, Manicoré, Maraã, Maués, Nhamundá, Nova Olinda do Norte, Novo Airão, Novo Aripuanã, Parintins, Pauini, Presidente Figueiredo, Santa Isabel do Rio Negro, Santo Antônio do Içá, São Gabriel da Cachoeira, São Paulo da Olivença, São Sebastião do Uatumã, Tabatinga, Tapauá, Tefé, Tonantins, Uarini e Uruará (UEA, 2020).

** A UFPA também apresenta polos nos municípios de: Acará, Baião, Curuçá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Oeiras do Pará, Santa Luzia do Pará e Tomé-Açu (UFPA, 2020).

Diferentemente dos “grandes objetos” (SANTOS, 1995), os “objetos de grandeza cidadã” – nesse caso, as instituições públicas de ensino superior – têm o potencial de propiciar uma verdadeira liberação do ser humano (SANTOS, 2012b, p. 82) em sua multidimensionalidade e contribuir, assim, à configuração de uma autêntica psicofera solidária na região, sobretudo a partir da possibilidade quanto ao estabelecimento de diálogos com e entre as populações tradicionais desarticuladas pelas modernizações seletivas impostas à Amazônia.

Ressalta-se, ademais, que a tarefa de incorporar a universidade em um projeto social pressupõe, em um primeiro momento, a criação e, posteriormente, a difusão de um saber orientado para os interesses do maior número de pessoas (SANTOS, 2000b). Nesse sentido, além de promover o acesso democrático ao ensino superior público, mormente por meio de políticas inclusivas, como o sistema de cotas e a abertura de processos seletivos especiais voltados para populações indígenas, ribeirinhas e quilombolas⁷, as instituições federais e estaduais de ensino superior instaladas ao longo da Amazônia ainda atuam na oferta de cursos específicos destinados aos povos dos rios e da floresta desta região (Quadro 2).

Quadro 2. “Objetos de grandeza cidadã”: *campus* de IES públicas que ofertam cursos voltados para populações tradicionais na Amazônia dos “quatro Brasis”

UF	Instituição	Curso(s) ofertado(s)	Campus
AC	Universidade Federal do Acre (UFAC)	Formação Docente Indígena**	Floresta

⁷ É lícito ressaltar que, com base em políticas de ações afirmativas e de promoção da igualdade étnico-racial, a totalidade das instituições públicas de ensino superior instaladas na Amazônia apresenta processos seletivos especiais que são responsáveis por destinar um contingente mínimo de vagas para populações indígenas, ribeirinhas e quilombolas da região; fato este que representa um importante passo na questão do acesso dessas comunidades ao ensino técnico e/ou superior públicos, bem como reforça a possibilidade quanto à valorização de saberes locais e ao estabelecimento de novas horizontalidades no espaço amazônico.

AM	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Formação de Professores Indígenas**	Benjamin Constant, Manaus, Tefé e Lábrea (campus UEA)
		Licenciatura Indígena, Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável**	São Gabriel da Cachoeira (campus IFAM)
	Universidade do Estado do Amazonas (UEA) ⁱ	Pedagogia Intercultural Indígena**	Benjamin Constant, Itacoatiara, Lábrea, Parintins, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, Tefé, Centro de Estudos Superiores do Trópico Úmido – Manaus, Boca do Acre, Carauari, Coari, Eirunepé, Humaitá, Manacapuru, Manicoré, Maués e Novo Aripuanã
		Pedagogia do Campo**	Maués
		Licenciatura Plena para Professores Indígenas do Alto Solimões**	Benjamin Constant
		Educação do Campo com ênfase no Projovem Campo – Saberes da Terra***	Centro de Estudos Superiores do Trópico Úmido – Manaus
		Agroecologia**	Manaus Zona Leste
	Instituto Federal do Amazonas (IFAM)	Formação de Professores Indígenas**	São Gabriel da Cachoeira (parceria com a UFAM)
	AP	Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	Educação do Campo**
Licenciatura Intercultural Indígena**			Binacional Oiapoque
Instituto Federal do Amapá (IFAP)		Técnico em Meio Ambiente*	Porto Grande
PA	Universidade Federal do Pará (UFPA)	Agroecologia**	Abaetetuba
		Licenciatura e Bacharelado Geografia com ênfase em Desenvolvimento Territorial Rural** (Pronera) Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável*****	Belém
		Educação do Campo**	Abaetetuba, Altamira e Cametá
		Etnodesenvolvimento**	Altamira
		Práticas Pedagógicas na Educação do Campo***	Cametá
	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)	Educação do Campo**	Marabá
	Universidade do Estado do Pará (UEPA)	Licenciatura Intercultural Indígena**	Paragominas, Salvaterra e São Miguel do Guamá
	Instituto Federal do Pará (IFPA)	Agroecologia*	Itaituba e Rural de Marabá
		Educação do Campo**	Altamira, Bragança e Rural de Marabá
		Agroextrativismo Sustentável e Desenvolvimento Rural***	Breves
		Educação do Campo, Agroecologia e Questões Pedagógicas***	Paragominas
		Educação de Jovens e Adultos: Saberes ribeirinhos e prática pedagógica***	Abaetetuba
		Relações étnico-raciais***	Belém
Saberes e Linguagens na Amazônia***	Belém		
RO		Educação Básica Intercultural**	Ji-Paraná

	Universidade Federal de Rondônia (UNIR)	Educação Escolar Indígena***	Ji-Paraná
		Educação do Campo**	Rolim de Moura
RR	Universidade Federal de Roraima (UFRR)	Agroecologia**	Murupu
		Educação do Campo**	Paricarana
		Gestão Territorial Indígena**	Paricarana
		Gestão em Saúde Coletiva Indígena**	Paricarana
		Licenciatura Intercultural Indígena**	Paricarana

Fonte: IFAM (2020), IFAP (2020), IFPA (2020), IFRR (2020), Ricardo (2019), UEA (2020), UEPA (2020), UFAC (2020), UFAM (2020), UFPA (2020a, 2020b), UFRR (2020a, 2020b, 2020c), UNIFAP (2020), UNIFESSPA (2020) e UNIR (2020).

*Técnico ** Graduação *** Especialização (*Latu Senso*) **** Mestrado (*Stritu Senso*) ***** Doutorado (*Stritu Senso*)

ⁱSalienta-se que a UEA também oferta o curso de graduação em Pedagogia Intercultural Indígena nos núcleos de ensino situados nos municípios de Alvarães, Amaturá, Anamá, Anori, Atalaia do Norte, Autazes, Barcelos, Barreirinha, Beruri, Boa Vista do Ramos, Borba, Caapiranga, Canutama, Envira, Fonte Boa, Guajará, Ipixuna, Iranduba, Itapiranga, Japurá, Juruá, Jutai, Manaquiri, Maraã, Nhamundá, Nova Olinda do Norte, Novo Airão, Pauini, Santa Isabel do Rio Negro, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, São Sebastião do Uatumã, Tapauá, Tonantins, Uarini e Urucará (UEA, 2020).

Nesses termos, ao assinalar que o “novo” nem sempre é necessariamente o moderno, isto é, aquilo que em um dado momento é instalado sob a lógica hegemônica do capital, Silveira (2004) nos possibilita considerar que a articulação do conhecimento entre povos tradicionais no âmbito de “objetos de grandeza cidadã” pode ser entendida como um elemento “novo” e bastante importante no campo do sistema de ações.

Isso porque, enquanto os “grandes objetos” técnicos tendem a fragmentar verticalmente os territórios e (des)articular esses povos e suas formas e modos de viver, os “objetos de grandeza cidadã”, por sua natureza, sugerem uma agregação horizontal entre essas populações e seus saberes; articulação essa que, inclusive, pode oferecer maior tomada de consciência em relação aos efeitos daqueles objetos, possibilitando a descoberta ou mesmo a redescoberta de mecanismos capazes de conduzir à elaboração de ações contra-hegemônicas.

Ora, o que pensar, por exemplo, da importância e do papel do curso de graduação em Licenciatura Intercultural Indígena que a Universidade do Estado do Pará (UEPA) oferta diretamente nas aldeias indígenas situadas nos municípios de São Miguel do Guamá, no nordeste paraense; de Paragominas, no sudeste paraense; e de Salvaterra, no arquipélago do Marajó (UEPA, 2020)? Ou então, do curso superior em Formação de Professores Indígenas⁸,

⁸ De acordo com as informações prestadas pela professora Helenice Ricardo, da UFAM, o curso de Formação de Professores Indígenas foi iniciado no ano de 2008 e, desde então, formou três turmas de alunos indígenas que, doravante, tornaram-se professores indígenas, a saber: turma Murá, em 2013, e turmas Munduruku e Sateré-Mawé, em 2018. No ano de 2019, por exemplo, o curso atendia cinco turmas, como: turma Médio-Solimões (etnias Mirãna, Kokama, Kambeba, Ticuna, Mura, Munduruku, Kanamari e Miruna), turma Alto Rio Negro (etnias Baniwa, Tukano, Dessana, Baré, Barassana, Piratapuia, Tuiuca, Karapana, Kubeu, Tariano, Yepá-Mahsã, Kuripaco e Werekena), turma Madeira-Manicoré (etnias Parintintim, Torá, Mura, Munduruku), turma Purus-

da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), realizado no *campus* Benjamin Constant-AM junto às etnias Kokama e Ticuna, situadas na sub-região do Alto Solimões (RICARDO, 2019; UFAM, 2020)? O que pensar do impacto, no âmbito desses cursos, da sistematização e potencialização dos “saberes da região” (SANTOS, 1999) na vida de pessoas que, doravante, poderão retornar às suas comunidades com experiências e olhares preparados para conscientizar e formar as pessoas criticamente acerca de suas realidades?

Iniciativa interessante, nesse sentido, é trabalhada na Universidade Federal de Roraima (UFRR), especialmente no que diz respeito ao Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena, criado como um núcleo no ano de 2001 – Núcleo Insikiran – e, posteriormente, oito anos depois, institucionalizado como unidade administrativa e acadêmica vinculada à UFRR, atuando na formação profissional desses agentes de modo específico, diferenciado e intercultural, mediante a oferta de três cursos de graduação: Licenciatura Intercultural, criado no ano de 2001; Bacharelado em Gestão Territorial Indígena, iniciado em 2009; e Bacharelado em Gestão em Saúde Coletiva Indígena, implementado em 2012 (UFRR, 2020b); cursos esses que viabilizam o retorno e a consequente contribuição desses sujeitos junto às suas comunidades.

Além dessas iniciativas voltadas aos povos indígenas, destacam-se os cursos superiores de Agroecologia e de Licenciatura em Educação do Campo, os quais têm nas populações oriundas de áreas de assentamentos rurais, da zona de abrangência dos programas de reforma agrária de Roraima, o seu público-alvo. Dessa forma, assentados rurais, bem como os filhos e filhas de agricultores, têm nessas graduações a oportunidade de, *a posteriori*, atuar profissionalmente no âmbito de comunidades e propriedades rurais, cooperativas, associações, movimentos sociais e outras organizações – governamentais ou não – (UFRR, 2020c), difundindo princípios e lógicas de uma agricultura mais responsável com a floresta e seus recursos na região.

Ademais, para além dos “muros” dos “objetos de grandeza cidadã”, importa destacar o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), uma iniciativa criada no ano de 2005 e muito pertinente ao empoderamento desses povos e comunidades tradicionais da região. Ressalta-se principalmente a possibilidade quanto à produção de uma autcartografia social sob a forma de mapas situacionais, os quais representam a realidade desses grupos em um

Lábrea (etnias Palmari, Apurinã, Jarauara e Banawa) e, conforme já frisado, a turma Alto Solimões, responsável por atender duas etnias (RICARDO, 2019).

determinado contexto mediante o estabelecimento de interlocução com os próprios agentes do lugar.

Dessa maneira, considera-se a participação de membros das comunidades envolvidas, treinando-os a captar pontos de GPS e a colocar nos mapas somente as informações que eles consideram relevantes; atividade essa que tem propiciado a muitas comunidades os meios e fundamentos essenciais para a produção autônoma de seus próprios mapas, bem como os instrumentos necessários à afirmação de suas territorialidades em suas lutas políticas⁹. Destarte, o PNCSA contribui tanto ao fortalecimento de associações e formas organizativas comunitárias na região quanto à consolidação e à publicização dos conhecimentos práticos dos povos e comunidades tradicionais, os quais, segundo Brum (2018), são os agentes sociais que mais preservam o ecossistema florestal amazônico.

Com base na agregação desses conhecimentos no contexto desses fixos sociais situados na Amazônia, defende-se a possibilidade quanto ao reforço de uma coesão horizontal da sociedade e do território, agora não mais a partir somente do mercado, mas a serviço da própria sociedade em sua multidimensionalidade. Como nos ensina Santos (1994), pensar na construção de novas horizontalidades requer, cada vez mais, que sejam encontrados caminhos outros que nos liberem do puramente econômico e, conseqüentemente, da globalização tal como ela é, perversa, e nos aproxime de elementos capazes de restaurar a dignidade humana e construir uma outra globalização (SANTOS, 2000a), desde baixo.

Mediante essas possibilidades, destaca-se a importância de se pensar mais nas horizontalidades e nas solidariedades orgânicas produzidas pelos “agentes da lentidão” na Amazônia, isto é, os ribeirinhos, os quilombolas, os indígenas, os pobres e demais agentes hegemônicos – que veem o território como abrigo –, do que propriamente nas verticalidades e nas solidariedades organizacionais características dos agentes hegemônicos da economia, para quem o território é um mero recurso.

Alerta-se, porém, que não se trata de desconsiderar a estrutura econômica, mas sim de conferir maior importância aos elementos típicos da vida regional enraizada e, dessa maneira, com grande possibilidade quanto ao estabelecimento de contra-hegemonias desde o território. Assim sendo, a Amazônia seria uma região que obedece? Do ponto de vista de uma política

⁹Todo esse processo de cartografia social, gestado por pesquisadores vinculados a “objetos de grandeza cidadã” e operacionalizado para além desses fixos, encontra-se consubstanciado em inúmeros fascículos que têm como objetivo revelar as territorialidades específicas, os modos de vida e os conflitos sociais que configuram a situação desses diversos grupos na Amazônia (BARGAS; CARDOSO, 2015; NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA, 2020).

solidária, que não a política econômica do grande capital, defende-se que a região amazônica pode oferecer grandes e importantes exemplos de resistência – e não de obediência – ao continente latino-americano, produzindo, nesse sentido, um verdadeiro “retorno do território” (SANTOS, 1994) às perversidades do processo de globalização.

À guisa de conclusão: por uma ação regional transformadora

Pela riqueza multidimensional que lhe é inerente, o exemplo amazônico nos possibilita pensar a região de diversas maneiras, o que, certamente, muitos autores fizeram de forma bastante competente. A teoria miltoniana, por sua vez, à luz da difusão diferencial do meio técnico-científico-informacional na formação socioespacial brasileira, oferece-nos uma leitura desse espaço como “região do obedecer” (SANTOS; SILVEIRA, 2012), considerando, precipuamente, a violência econômico-simbólica perpetrada pelo capital e pelos chamados “grandes objetos” (SANTOS, 1995) no uso deste território, transformando-o em um importante “nó” das redes capitalistas.

Todavia, enquanto um brilhante esforço teórico-político voltado à reflexão do mundo e à construção do futuro a partir do presente (ARROYO, 2009), a teoria de Milton Santos também nos autoriza a vislumbrar formas outras de analisar e compreender a região, a qual, como bem ponderou o autor (SANTOS, 2003), deveria se livrar do economicismo abstrato que em muito define determinadas interpretações da realidade e, conseqüentemente, perpetua a estrutura social hegemônica. Nesse particular, a consideração de se pensar em outros objetos, em “objetos de grandeza cidadã”, portanto, pareceu-nos uma importante maneira de entrever certa transformação da realidade regional “desde baixo”, sem desconsiderar, contudo, as determinações hierárquicas vigentes.

Isso porque, mediante a reflexão proposta – em torno, sobretudo, da articulação, da valorização e da potencialização dos saberes e dos movimentos políticos dos povos da floresta –, o exemplo amazônico nos provoca a pensar a região, ontologicamente, como um espaço de lutas políticas, produzido pelos agentes e grupos sociais subalternizados pela lógica do capital. Ou seja, não se trata de um retorno à perspectiva tradicional desse conceito, mas sim uma tentativa de, analiticamente, a partir da realidade tal como ela é, colocar os “de baixo” e suas resistências em primeiro plano no processo de reflexão.

As instituições públicas de ensino superior, enquanto fixos sociais que viabilizam a descoberta do lugar pelo lugar (SANTOS; SILVEIRA, 2000), têm muito a contribuir nessa tarefa, principalmente em um contexto de aprofundamento da neoliberalização do mundo.

Dessa maneira, dada a importante articulação que propiciam na região, tais “objetos de grandeza cidadã” se apresentam como verdadeiros “laços” no plano territorial, os quais, ao ampliar o entendimento quanto à dimensão geográfica do cotidiano nos mais recônditos lugares da Amazônia, realizam um convite à produção de uma ação transformadora bastante pertinente, inclusive, ao campo do planejamento urbano e regional.

Em razão disso, a produção de uma ação transformadora na Amazônia coloca-se como de fundamental importância à constituição e ao fortalecimento de um ordenamento cívico do território (SANTOS, 1987). Isso porque, considerando-se as demandas e os saberes dos povos da floresta, do campo e dos rios, reforçando-se os laços de solidariedade orgânica a partir dos lugares e robustecendo-se as lutas e movimentos políticos desses “agentes da lentidão”, o *front* aos modelos econômicos e políticos de espaço e à lógica desenvolvimentista perversa poderá consubstanciar uma coesão regional forjada na diversidade e relevante à geografização dos direitos territoriais dessas populações.

É nesse sentido, ademais, que a teoria miltoniana lança luzes para pensarmos em possibilidades, seja de outra definição menos economicista do fenômeno da região, seja de elementos importantes à construção do futuro a partir de uma realidade periférica e frequentemente invisibilizada pelo capital hegemônico. Assim, valorizando o rendilhado de divisões do trabalho (SILVEIRA, 2011) e a pluralidade de existências (XAVIER, 2018) inerentes à região amazônica, podemos não apenas consolidar uma ação regional transformadora, como também sugerir que, muito mais do que uma região que obedece, a Amazônia é, do ponto de vista político e cultural, uma autêntica “região do desobedecer”.

REFERÊNCIAS

ANTAS JUNIOR, R. M. **Território e regulação**: espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2005. 248 p.

ARROYO, M. Milton Santos: uma teoria para pensar e construir o futuro. In: SILVA, M. A.; TOLEDO JUNIOR, R. (org.). **Milton Santos**: o homem e sua obra. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 187-197.

BARGAS, J. K. R.; CARDOSO, L. F. C. Cartografia social e organização política das comunidades remanescentes de quilombos de Salvaterra, Marajó, Pará, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 10, n. 2, p. 469-488, maio/ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Economia. O que é o PAC? **Ministério da Economia**, Brasília, DF, 2015. Disponível em: encurtador.com.br/jkEP7. Acesso em: 04 mar. 2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **PAC 7º balanço 2015-2018**: cartilha regional Pará. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, 2018. 130 p. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesregionais> Acesso em: 04 mar. 2019.

BRITO, T. M. A. **Região**: leituras possíveis de Milton Santos. 2007. 164 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

BRITO, T. M. A. A metamorfose do conceito de região: leituras de Milton Santos. **GEOgraphia**, Niterói, v. 10, n. 20, p. 74-105, 2008.

BRUM, E. Bolsonaro quer entregar a Amazônia. **EL PAÍS Brasil**, São Paulo, nov. 2018. Política. Disponível em: encurtador.com.br/fBKMN. Acesso em: 08 mar. 2020.

CASTRO, E. M. R.; ACEVEDO MARIN, R. E. Amazônia oriental: territorialidade e meio ambiente. In: LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. M. F.; NABUCO, M. R. (org.). **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: ANPUR/Hucitec, 1993. p. 121-148.

CASTRO, I. E. A região como problema para Milton Santos. **Scripta Nova**, Barcelona, vol. VI, n. 124, p. 1-5, 2002.

CASTRO, F. F. As ameaças do governo Bolsonaro à Amazônia. **ALICE News**, Coimbra, abr. 2019. Disponível em: encurtador.com.br/astBJ. Acesso em: 28. mar. 2021.

HÉBETTE, J. Apresentação. In: HÉBETTE, J. (org.). **O cerco está se fechando**: impactos do grande capital na Amazônia. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: FASE, 1991. p. 7-13.

HÉBETTE, J. Prefácio. In: CASTRO, E. M. R.; MOURA, E.; MAIA, M. L. S. (org.). **Industrialização e grandes projetos**: desorganização e reorganização do espaço. Belém: EDUFPA, 1995. Não paginado.

IFAM. Ensino. **Instituto Federal do Amazonas**, Manaus, 2020. Disponível em <http://www2.ifam.edu.br/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

IFAP. Nossos cursos. **Instituto Federal do Amapá**, Macapá, 2020. Disponível em: <http://www.ifap.edu.br/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

IFPA. Nossos cursos. **Instituto Federal do Pará**, Belém, 2020. Disponível em: http://www.ifpa.edu.br/ifpa_campi_square.html. Acesso em: 20 jul. 2020.

IFRR. Nossos cursos. **Instituto Federal de Roraima**. Boa Vista, 2020. Disponível em: <http://www.ifrr.edu.br/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

LEITÃO, K. O. **A dimensão territorial do Programa de Aceleração do Crescimento**: um estudo sobre o PAC no estado do Pará e o lugar que ele reserva à Amazônia no desenvolvimento do país. 2009. 285 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista**: sobre a categoria da particularidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. 298 p.

- MALHEIRO, B. C. P. Colonialismo interno e estado de exceção: a “emergência” da Amazônia dos grandes projetos. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 30, n. 60, p. 74-98, 2020.
- MARTINS, J. S. A chegada do estranho. In: HÉBETTE, J. (org.). **O cerco está se fechando: impactos do grande capital na Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: FASE, 1991. p. 15-33.
- NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. Fascículos. **Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia**, Manaus, fev. 2020. Publicações. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/fasciculos/>. Acesso em: 15 jul. 2020.
- OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste e conflitos de classe**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 132 p.
- OLIVEIRA, H. M. P. **A noção de região em Milton Santos: contribuições para pensar a Amazônia**. 2019. 287 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
- OLIVEIRA, H. M. P. A noção de região na obra de Milton Santos: do espaço absoluto ao espaço relacional. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, Belém, v. 07, n. 02, p. 03-17, jul./dez. 2020.
- PADINHA, M. R. **Grandes objetos na Amazônia: das velhas lógicas hegemônicas às novas centralidades insurgentes, os impactos da hidrelétrica de Belo Monte às escalas da vida**. 2017. 444 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.
- PINTO, L. F. A desorganização do grande projeto. In: CASTRO, E. M. R.; MOURA, E.; MAIA, M. L. S. (org.). **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: EDUFPA, 1995. p. 47-58.
- RICARDO, H. [**Formação de professores indígenas**]. Destinatário: Helbert Michel Pampolha de Oliveira. Manaus, 29 maio 2019. 1 e-mail. Disponível em: helbertmichel93@gmail.com. Acesso em: 11 jul. 2020.
- SANTOS, M. Organização social e organização do espaço: o caso de Rondônia. **Boletim Carioca de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 33, p. 51-77, 1982.
- SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987. 142 p.
- SANTOS, M. Meio técnico-científico e urbanização: tendências e perspectivas. **Resgate**, Campinas, n. 3, p. 76-86, 1991.
- SANTOS, M. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. **Terra Livre**, São Paulo, n. 9, p. 7-17, jul./dez. 1992.
- SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 15-20.

SANTOS, M. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. *In*: CASTRO, E. M. R.; MOURA, E.; MAIA, M. L. S. (org.). **Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço**. Belém: EDUFPA, 1995. p. 13-20.

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 2, p. 15-26, 1999.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000a. 174 p.

SANTOS, M. A universidade: da intencionalidade à universalidade. **Anuário Estatístico de Geociências – UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 13-15, 2000b.

SANTOS, M. O elogio da lentidão. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 mar. 2001. Seção + brasil 501 d.C. Disponível em: encurtador.com.br/hxHO9. Acesso em: 03 abr. 2020.

SANTOS, M. Região: globalização e identidade. *In*: LIMA, L. C. (org.). **Conhecimento e reconhecimento: homenagem ao geógrafo cidadão do mundo**. Fortaleza: EDUECE, 2003. p. 53-64.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2004. 432 p.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a geografia crítica. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 288 p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2012a. 392 p.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5. ed. 3. São Paulo: EDUSP, 2012b. 96 p.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 5. ed. 1 São Paulo: EDUSP, 2013. 176 p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O ensino superior público e particular e o território brasileiro**. Brasília: ABMES, 2000. 163 p.

SANTOS, M. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012. 473 p.

SCHUBER, E. S. M. **Neodesenvolvimentismo, reestruturação urbana e cidades médias na Amazônia**: o exemplo de Itaituba na sub-região do Tapajós. 2019. 383 f. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SILVEIRA, M. L. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Território**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 6, p. 21-28, jan./jun. 1999a.

SILVEIRA, M. L. **Um país, uma região**: fim de século e modernidades na Argentina. São Paulo: FAPESP/LABOPLAN-USP, 1999b. 486 p.

SILVEIRA, M. L. Os dinamismos da pobreza. *In*: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. (org.). **Geografias de São Paulo**: representação e crise da metrópole. São Paulo: Contexto, 2004. p. 59-70.

SILVEIRA, M. L. O lugar defronte os oligopólios. *In*: DANTAS, A.; TAVARES, M. T. A. (org.). **Lugar-mundo**: perversidades e solidariedades. Encontros com o pensamento de Milton Santos. Natal: EDUFRN, 2011. p. 79-100.

SIMONDON, G. **Du mode d’existence des objets techniques**. 5. ed. Paris: Aubier, 2001. 336 p.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional na Amazônia. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 51, p. 113-137, mar./set. 2010.

TRINDADE JÚNIOR, S-C. C. Dos geografismos às geografizações: pensando a região e o regional a partir das “geografias do Sul”. **Confins**: revue franco-brésilienne de géographie, Paris, n. 44, mar. 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/26814>. Acesso em: 17 mar. 2020.

UEA. Ensino. **Universidade do Estado do Amazonas**, Manaus, 2020. Disponível em: <http://cursos2.uea.edu.br/index.php?dest=info&curso=87>. Acesso em: 20 jul. 2020.

UEPA. Nossos cursos. **Universidade do Estado do Pará**, Belém, 2020. Disponível em: <http://www.uepa.br/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

UFAC. Ensino. **Universidade Federal do Acre**, Rio Branco, 2020. Disponível em: <https://www.uerr.edu.br/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

UFAM. Cursos por campus. **Universidade Federal do Amazonas**. Manaus, 2020. Disponível em: <https://proeg.ufam.edu.br/formas-de-ingresso>. Acesso em: 20 jul. 2020.

UFPA. Multicampi. **Universidade Federal do Pará**, Belém, 2020a. Disponível em: www.portal.ufpa.br/campi. Acesso em: 20 jul. 2020.

UFPA. Apresentação. **Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável**. Belém, 2020b. Disponível em: <http://ppgaa.proesp.ufpa.br/index.php/br/programa/apresentacao>. Acesso em: 22 jul. 2020.

UFRR. Ensino. **Universidade Federal de Roraima**. Boa Vista, 2020a. Disponível em: <http://ufrr.br/>. Acesso em: 19 jul. 2020.

UFRR. Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena. **Universidade Federal de Roraima**. Boa Vista, 2020b. Disponível em: http://ufrr.br/insikiran/index.php?option=com_content&view=article&id=60&Itemid=268. Acesso em: 19 jul. 2020.

UFRR. Licenciatura em Educação do Campo. **Universidade Federal de Roraima**. Boa Vista, 2020. Disponível em:
http://ufrr.br/educarr/index.php?option=com_content&view=article&id=40&Itemid=103.
Acesso em: 19 jul. 2020.

UNIFAP. Graduação. **Universidade Federal do Amapá**. Macapá, 2020. Disponível em:
<http://www.unifap.br/public/>. Acesso em: 17 jul. 2020.

UNIFESSPA. Ensino. **Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará**. Marabá, 2020.
Disponível em: <https://www.unifesspa.edu.br/>. Acesso em: 22 jul. 2020.

UNIR. Graduação. **Universidade Federal de Rondônia**. Porto Velho, 2020. Disponível em:
<http://www.graduacao.unir.br/>. Acesso em: 22 jul. 2020.

XAVIER, M. Lugar, pluralidade da existência e democracia. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 506-521, set./dez. 2018.

AGRADECIMENTOS: À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro concedido na forma de bolsa de mestrado (entre 2017 e 2019) que viabilizou a realização desta pesquisa.

CRediT Author Statement

- **Reconhecimentos:** Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), especialmente ao Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior, pelos constantes incentivos e discussões sobre temas de pesquisas.
 - **Financiamento:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que concedeu bolsa de mestrado ao autor entre 2017 e 2019, viabilizando, assim, a realização desta pesquisa.
 - **Conflitos de interesse:** Não há conflitos de interesse.
 - **Aprovação ética:** O trabalho respeitou a ética durante a pesquisa, em linha com as diretrizes estabelecidas. Ademais, parte dos dados qualitativos e quantitativos aqui problematizados foram solicitados formalmente junto às instituições, as quais foram contatadas via *e-mail* aquando da realização da pesquisa.
 - **Disponibilidade de dados e material:** Os dados e materiais utilizados no trabalho estão disponíveis ao público mediante *links* de acesso, os quais foram informados em cada referência citada no artigo.
 - **Contribuições dos autores:** O autor realizou a concepção, o levantamento e a sistematização dos dados e a redação do artigo.
-

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

